

## ***UM DEPOIMENTO SOBRE A REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA***

Ao ser convocada para escrever um texto sobre a Revista Baiana de Saúde Pública (RBSP), comecei a refletir sobre o significado da Revista para a divulgação da produção científica em saúde na Bahia e no Brasil, enquanto importante veículo de disseminação da produção científica em saúde de e para profissionais, pesquisadores, docentes e estudantes da área. Lembrei de como uma produção quase que artesanal que eu vi nascer na Secretaria de Saúde do Estado da Bahia (SESAB) em 1974, apesar de tantos obstáculos, sobreviveu e passou a se constituir hoje numa revista eletrônica divulgada nacional e internacionalmente, que integra várias importantes bases de dados. Lembrei, enfim, que faço parte, com orgulho, do Conselho Editorial da Revista desde o ano de 2004 e não poderia me furtar a contribuir nesse momento de celebração dos 40 anos da Revista.

Assim, resolvi arriscar a colocar no papel alguns pensamentos que foram brotando aos poucos.

Primeiro, lembrei dos muitos percalços e superações que testemunhei ao longo desses 40 anos da RBSP. Acompanhei os esforços empreendidos por muitos professores, pesquisadores e profissionais de saúde para fazê-la sobreviver. Mas optei por não escrever sobre isso, imaginando que outros terão muito mais informações e elementos para falar mais apropriadamente sobre essa história.

Então, pensei na minha trajetória acadêmica e profissional e resolvi fazer um exercício retrospectivo sobre a minha ligação com esse periódico, tentando situar a RBSP na minha história.

Comecei relembando todos os trabalhos publicados, sozinha ou em parceria, na RBSP e, consultando o currículo, listei todos eles (Anexo 1).

Nesse primeiro olhar sobre as publicações, identifiquei um pouco das mudanças de áreas de interesse que fui percorrendo na minha vida acadêmica. Verifiquei que, ao iniciar minha vida profissional, ou até mesmo antes, ainda estudante de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), monitora do Departamento de Medicina Preventiva da UFBA e, em seguida, estudante do Mestrado em Saúde Comunitária, prevalecia um enfoque mais epidemiológico na minha produção científica. Lembrei inclusive que, embora não apareça entre as publicações, ainda como estagiária da SESAB em 1973, participei na elaboração do Diagnóstico de Saúde do Estado da Bahia, trabalho que foi realizado sob a coordenação do Dr. Gabriel Nery, tendo como referência a metodologia CENDES-OPS, e que foi publicado em número especial da Revista em 1975 (vol.2, número 3, jul. a set.). Essa lembrança me fez também ver que praticamente comecei a minha vida profissional junto com a Revista Baiana de Saúde Pública.

Verifiquei, em seguida, pelo teor das publicações, que fui aos poucos incorporando o gosto pelas temáticas da gestão, organização, planejamento, administração e avaliação de serviços, numa época em que eu atuava como técnica na SESAB e, em seguida, concomitantemente com a atuação como docente do então Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da UFBA. E, consoante com essa dupla militância, estava presente na minha produção acadêmica o interesse pela integração do ensino com o serviço, refletindo a preocupação constante com essa estratégia para a melhoria da qualidade dos serviços e a formação de pessoal mais adequado às necessidades de saúde da população brasileira.

Meu vínculo com a Revista também passa pelos muitos pareceres de avaliação de trabalhos científicos feitos ao longo desse período, relacionados aos mais variados temas. Muitas vezes, tendo em vista o acúmulo de tarefas acadêmicas, cheguei a pensar em declinar do pedido de elaboração de alguns deles, mas naquele momento pensava na importância da Revista para a produção e divulgação científicas da saúde na Bahia e no quanto ela tem se esforçado para sobreviver. Assim, mesmo após a aposentadoria, algumas vezes deixei de lado o ócio para atender a uma solicitação de elaboração de parecer para a Revista. Mais recentemente, por já estar distanciada da atividade acadêmica desde o ano de 2008, tenho me furtado a aceitar alguns pareceres que me afastam muito da minha zona de conforto.

Em seguida, resolvi fazer uma análise de cunho mais quantitativo sobre as minhas publicações na RBSP. Considerando a produção total de artigos publicados em periódicos, que totalizou 25 trabalhos ao longo da minha carreira, os 9 artigos publicados na RBSP representam 36% da minha produção. Pode-se dizer, sem preocupação com o rigor científico para o cálculo amostral, que se constitui numa parcela expressiva da minha produção. Há também, atualmente, um trabalho em avaliação para publicação, produzido em conjunto com outros parceiros.

Nesse ponto, aproveitei para fazer uma reflexão pessoal sobre a questão da produção científica no âmbito acadêmico. Considero que a minha produção, sob a forma de artigos publicados em periódicos, especificamente, não tenha sido muito numerosa, comparada com a de muitos outros colegas professores e pesquisadores, por diversos fatores.

Um deles seria o forte comprometimento com outras funções acadêmicas. Destaco em primeiro lugar o ensino da graduação, que absorve muito do tempo acadêmico, e sua qualidade, que sempre foi uma prioridade no meu caminho enquanto docente. Além disso, a participação permanente em atividades de Extensão universitária, que não recebem o mesmo valor que a chamada produção científica nas avaliações acadêmicas institucionais, mas que sempre considerei, especialmente na área da Medicina Social, uma atividade intrínseca do seu objeto de trabalho, cuja produção sobre ele faria pouco sentido se não fosse estendida ou compartilhada com

os principais interessados. Essa atividade sempre me absorveu bastante, principalmente no tocante à educação em saúde para populações com menor acesso à informação e às práticas em serviços ou articuladas com serviços de saúde, envolvendo o ensino da graduação e da Residência em Medicina Social. Por fim, as chamadas atividades administrativas, das quais sempre participei, seja coordenando equipes, como representante em órgãos colegiados, integrando grupos de trabalho, chefiando ou participando da chefia do departamento. A essas atividades é atribuído também um peso menor nas análises das produções acadêmicas, mas elas se tornam fundamentais para viabilizar os processos acadêmicos, principalmente em departamentos, como naquele em que eu atuava, com número limitado de integrantes por longos períodos de tempo.

Além dessas questões, outras dificuldades são inerentes à própria atividade de produção e divulgação científicas. A pesquisa, que resulta ou deveria resultar em redação e publicação de artigos científicos, apesar de se constituir no trabalho mais valorizado nos meios acadêmicos, envolve muitas dificuldades para a maioria dos professores/pesquisadores em todas as suas etapas: obtenção de financiamento para projetos, desenvolvimento do projeto no que diz respeito à disponibilidade de material, inclusive humano, ao apoio financeiro e à escassez de tempo, entre outras. Viabilizar a publicação é outra etapa de sacrifício para o pesquisador, que submete o seu trabalho a diversos periódicos e, às vezes, consegue publicá-lo num deles, muito tempo depois de produzido. Essa é uma experiência pela qual passei ainda no meio acadêmico que me causava muita indignação e, mesmo hoje em dia, ao participar como convidada em projetos de pesquisa, verifico que as questões se acentuaram.

Observo que os critérios para publicação não são a relevância ou qualidade do tema, da abordagem, sua importância social e científica, mas sim, por exemplo, se ele possui interesse nacional, ou mesmo internacional. Ou seja, um assunto que é pesquisado em municípios do Estado da Bahia, mas que diz respeito à política nacional de saúde, que agrega conhecimento sobre questões do Sistema Único de Saúde que se reproduzem em várias localidades do Brasil, podendo, portanto, contribuir para a compreensão dessa política em nível nacional, não é considerado relevante numa mesma revista que, inclusive, publica artigos sobre o mesmo assunto pesquisado em São Paulo, Rio de Janeiro etc. Essa experiência vivenciei recentemente, tendo sido a resposta desse periódico, um dos mais importantes da Saúde Pública brasileira, aos autores: “os resultados e discussão são de interesse local, não sendo priorizado pela linha editorial da Revista”.

Tudo isso é muito estranho quando se sabe que, hoje em dia, a difusão de publicações científicas tornou-se universal, sem barreiras geográficas, e que é necessário que o global seja pensado também a partir do local, de experiências concretas que ocorrem em lugares concretos, especialmente quando se trata, por exemplo, de investigações empíricas

relacionadas ao Sistema Único de Saúde (SUS), que é um sistema único e nacional de saúde, como é o caso do trabalho referido que pleiteou a publicação.

Muitas outras vezes, os critérios de não aceitação do trabalho não estão explícitos. Acompanhei a discussão no meio acadêmico e científico sobre o fato de um importante periódico da área da saúde pública brasileira, vinculado a instituição pública de ensino, decidir cobrar taxa para publicar artigos científicos.

Na verdade, na política de avaliação dos programas de pós-graduação e mesmo de docentes pesquisadores pelas universidades, reforça-se um círculo vicioso em que aqueles que conseguem publicar em revistas classificadas como de “alta qualidade” e que, por isso, obtêm boas avaliações são os mesmos que conseguem acesso para continuar publicando nesses periódicos, que são, conseqüentemente, os mais disputados pelos autores. Desse modo, tanto os autores quanto os periódicos, e até mesmo os cursos de pós-graduação que obtêm menor avaliação, não conseguem progredir.

Nunca me adaptei a esses critérios que hoje prevalecem na política de difusão do conhecimento científico pelas agências fomentadoras no país.

Por isso, inclusive, confiro maior mérito à RBSP. Ela tem se constituído, ao longo desses 40 anos, num veículo de difusão de muitos dos trabalhos científicos e técnicos produzidos principalmente aqui na Bahia, mas também em outros estados e países, por pesquisadores e também por profissionais de saúde, o que considero bastante relevante. Ela tem ainda o mérito de garantir um amplo escopo de tipos de produção, além de artigos originais — comunicações, relatórios e documentos técnicos, teses e dissertações, resenhas de livros, relatos de experiências —, dando oportunidade de publicação a técnicos, estudantes e pesquisadores iniciantes, e não apenas aos considerados “experts”, tendo sempre em perspectiva o fortalecimento do SUS.

Parabéns e longa vida à RBSP!

Salvador, 20 de fevereiro de 2014.



*Vera Lúcia Almeida Formigli*  
Professora aposentada do Departamento de Medicina Preventiva e Social da  
Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia.

## **ANEXO 1 – PUBLICAÇÕES DA AUTORA NA REVISTA BAIANA DE SAÚDE PÚBLICA**

1. Paim J, Formigli VLA. Aspectos epidemiológicos da hepatite A virus na cidade de Salvador (1965-1971). Rev Baiana Saúde Pública. 1974;1(3/4):96-106.
2. Formigli VLA. A implantação do PIASS no estado da Bahia. Rev Baiana Saúde Pública. 1981;7/8(1/4 e 1/2):7-19.
3. Formigli VLA, Araújo E, Guimarães MC, Teles LJ. Situação atual de estágios em unidades de saúde da Região Metropolitana de Salvador. Rev Baiana Saúde Pública. 1982;9(1):20-44.
4. Formigli VLA, Neves MC, Demarchi JAS. Avaliação do Distrito Sanitário Cabula-Beiru. Rev Baiana Saúde Pública. 1991;18(1/4):33-74.
5. Formigli VLA, Jacobina RR, Noblat AC, Nascimento Sobrinho CL, Noblat L, Souza LF, et al. Hipertensão Arterial em adultos de um bairro de Salvador, Bahia. Rev Baiana Saúde Pública. 2009;23(1/4):7-20.
6. Formigli VLA. Ausentismo de escolares em três escolas primárias de Salvador (resumo de Dissertação de Mestrado). Rev Baiana Saúde Pública. 2004;28(Suppl 1):13.
7. Pinto L, Formigli VLA, Rêgo R. A dor e a delícia de aprender com o SUS: integração ensino-serviço na percepção dos internos em medicina social. Rev Baiana Saúde Pública. 2007;31(1):115-33.
8. Molesini J, Formigli VLA, Guimarães MDCL, Melo CMM de. Programação Pactuada Integrada e gestão compartilhada do SUS. Rev Baiana Saúde Pública. 2010;34(3):623-38.
9. Barreto JL, Pereira MT, Guimarães MCL, Penaforte TR, Formigli VLA. Perfil das demandas judiciais por medicamentos em municípios do Estado da Bahia. Rev Baiana Saúde Pública. 2013;37(3):536-52.